



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13621 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

DECOLONIALIDADE: UMA POSSÍVEL INTERFACE COM OS MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA

Simone Teixeira Barrios - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Georgina Helena Lima Nunes - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

DECOLONIALIDADE: UMA POSSÍVEL INTERFACE COM OS MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E DEFICIÊNCIA

RESUMO: O objetivo deste texto surgiu a partir da seguinte questão: a decolonialidade pode contribuir para uma reflexão sobre os marcadores de raça, gênero e deficiência? Com a aposta assertiva, vamos apresentar algumas considerações que nos façam entendê-la como uma possibilidade na desconstrução das hierarquias sociais baseadas nesses marcadores e que produzem diferentes e interligadas formas opressivas. Essa ideia intenciona para uma percepção na tentativa de trazer um olhar dinâmico em pesquisas que investigam os referidos marcadores sociais que permeiam o período de escolarização de uma estudante que convive com os mesmos. Assim, este texto é um excerto de uma pesquisa de doutoramento, em andamento, de cunho qualitativo que, momentaneamente, teve na pesquisa bibliográfica o percurso metodológico para ser desenvolvido. As experiências escolares provenientes dessa estudante estão no anfêmero de vivências e de preconceitos dos grupos que ela representa. Para adentrarmos nessa discussão teórica, apresentamos autores (as) tais como: Lugones (2014), Mignolo (2008), Quijano (2005), Diniz (2007) e Crenshaw (2002).

Palavras-chave: decolonialidade, gênero, raça, deficiência, interseccionalidade

O texto decorre de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento a partir de uma estudante mulher negra com deficiência que anuncia os marcadores sociais de raça, de gênero e de deficiência como mecanismos importantes para compreender o seu processo de escolarização. O objetivo é apresentar argumentos que nos façam refletir sobre a decolonialidade como uma desconstrução das hierarquias sociais que produzem diversas

opressões e para isso, acionamos algumas ponderações que no presente e no futuro poderão contribuir para os debates baseados em uma perspectiva decolonial através das pluralidades e complexidades de conjunturas que constituem e perpassam a conexão dos citados marcadores. Logo, nos referenciamos em autores como: Quijano (2005), Lugones (2014), Mignolo (2008), Diniz (2007) e Crenshaw (2002). Para Quijano (2005), a decolonialidade é uma forma de resistência a lógica de dominação de grupos marginalizados e “construída como referências a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” (QUIJANO, 2005, p.117), que objetiva descolonizar as mentes, os modos de produção e as formas de organização social, propondo uma visão crítica da modernidade ao questionar seus pressupostos filosóficos e as suas práticas sociais e institucionais. Portanto, para o autor, a decolonialidade pode ser uma forma de superar essas ordenações e promover a igualdade e a diversidade tanto cultural como da sociedade em geral. A decolonialidade consegue propor uma construção de novas formas de conhecimento que incluam as mulheres negras com deficiência, historicamente excluídas no processo de produção do conhecimento, porque os seus saberes e as suas experiências passam a ser valorizados como uma forma de resistência à lógica de dominação e como uma resposta às violências coloniais que afetam a sociedade. Portanto, a decolonialidade pode ser entendida como desígnio no combate ao racismo, ao sexismo e ao capacitismo presentes nas estruturas sociais. Defendemos uma visão inconformista e de contenda frente ao paradigma de uma sociedade baseada em um processo de exclusão social que se ampara no capitalismo e vai colocar a mulher negra com deficiência à margem, evidenciando, assim, uma ação contínua de violenta exclusão social. Quijano (2005), Lugones (2014) e Mignolo (2008) oferecem perspectivas importantes para compreendermos o conceito de Gênero e raça, como também Diniz (2007) sobre a deficiência, em contextos de dominação colonial. Lugones (2014) relaciona gênero a uma desumanização constitutiva da colonialidade do ser, um processo de “redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (LUGONES, 2014, p. 939). Acerca dessa argumentação, raça, deficiência e gênero formam a hierarquização binária moderna que atribui (ou não) humanidade aos sujeitos. Para Lugones (2014), gênero é entendido como um marcador socialmente construído que funciona como um sistema de opressão e dominação, ou seja, as normas e expectativas relacionadas à masculinidade e feminilidade são impostas às pessoas desde o nascimento e são reforçadas ao longo de suas vidas. Mignolo (2008), por sua vez, argumenta que a construção de identidade de gênero está ligada à construção da identidade colonial, e que a luta contra a dominação colonial deve incluir a luta contra a dominação de gênero. O autor propõe uma abordagem interseccional do gênero, que reconhece a multiplicidade de identidades e experiências que moldam a vida das

peças. Em sua perspectiva, gênero e raça são conceitos que estão intrinsecamente ligados à colonialidade do poder, que para ele, vai manifestar-se tanto na subjugação racial quanto na opressão de gênero. Mignolo (2008) pronuncia-se em defesa de uma luta contra a colonialidade do poder que envolva a descolonização das mentes e dos corpos, produzindo novas formas de agir e pensar que rompam com a estrutura opressiva. Nesse sentido, passa pela valorização do conhecimento e de saberes produzidos pelos povos subalternizados e pela promoção de igualdade. Um olhar decolonial busca questionar as normas dominantes e valoriza a diversidade. “Assim como para o sexismo ou para o racismo, essa opressão ao corpo levou à criação de um neologismo: *disablism*” (DINIZ, 2007, p. 9), apresentando-o como resultado da cultura da normalidade, em que os impedimentos corporais, emocionais, mentais ou cognitivos são alvo de discriminações. É importante ressaltar que essas formas de opressões interseccionam-se para “[...] capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), resultando em experiências complexas de exclusão por parte desse corpo feminino negro com deficiência que se coloca na intersecção de diferentes identidades socialmente construídas. A decolonialidade conecta-se em interface com os saberes e as experiências de grupos marginalizados como as mulheres negras deficientes porque valoriza as suas vivências como também aciona a promoção de pesquisas colaborativas que vão incluir esse grupo nos processos de produção do conhecimento. Além disso, a decolonialidade também propõe a desconstrução dos estereótipos e preconceitos associados às identidades sociais mencionadas. Ancorados (as) em um olhar decolonial conseguimos mobilizar uma visão mais ampla que vai reconhecer a diversidade de habilidades e experiências como uma parte valiosa da condição humana. Metodologicamente o texto concentra-se nos princípios de uma pesquisa qualitativa de abordagem bibliográfica, tendo como perspectiva um olhar decolonial (Quijano, 2005). Segundo GIL (2008), a pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Podemos notar, através dos resultados e discussões, que, para Quijano (2005), a decolonialidade é uma crítica radical à modernidade e ao colonialismo, que se manifesta em diferentes dimensões da vida social. Os (as) autores (as) mencionados (as) dialogam sobre a decolonialidade na perspectiva de raça, gênero e deficiência como uma aposta de valorização da diversidade humana e na construção de novas formas de se construir conhecimentos e organização baseada em pilares sociais igualitários. Assim como o racismo é estrutural, as demais opressões relacionadas também o são, porque vivemos numa sociedade racista, capacitista e patriarcalista. A decolonialidade na pesquisa sobre uma estudante, mulher negra com deficiência pode ser uma perspectiva de ampliar e potencializar o debate, a luta social e impelir resistências sobre as opressões resultadas de um processo social violento e

aniquilador, pois não há “cura” para o diferente uma vez que a humanidade é profundamente diversificada e desigual e é nesse contexto que vão florescer as culturas de ódio e da intolerância. Em síntese, estamos diante de uma sociedade que assevera, continuamente, um poder masculino, que institui padrões de “normalidade” e não se liberta da desumanidade do racismo. Esses aspectos acabam por engendrar opressões que perpetuam as discriminações. A decolonialidade, a partir dos (as) autores (as) supracitados (as), torna-se uma possibilidade fecunda de desconstruir as hierarquias sociais, assim como também contribui na construção de uma sociedade diversa. Isso implicará numa reflexão crítica sobre as estruturas de poder e na valorização das vivências das mulheres negras com deficiência. Não intencionamos esgotar o tema apresentado por compreender a relevância de se propor reflexões a partir dos conceitos abordados e assim, apresentar a decolonialidade como um campo significativo para os estudos que se movem no dinamismo da interseccionalidade entre gênero, raça e deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. ESTUDOS FEMINISTAS (1). 2002, Pp 177-188.

DINIZ, Debora. 2007. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. Revista de Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MIGNOLO, Walter. (2008), “Desobediência Epistêmica: A Opção Decolonial e o Significado de Identidade em política”, *Cadernos de Letras da UFF – Dossie: Literatura, língua e identidade*, 34: 287-324.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. Pp. 117-142.